



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 029/2019, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, Exmo. Sr. JOILSON ROCHA NUNES, que “Altera o ANEXO A18 da Lei 726/2010 Dispondo Sobre o Reenquadramento do Cargo de Auxiliar Hospitalar” .

A proposição foi protocolada no dia 14/04/2019, lida na 13ª Sessão Extraordinária realizada em 15/04/2019, onde o Presidente da Câmara Municipal, Exmº Sr. ELEAZAR FERREIRA LOPES, com base no parecer jurídico da Procuradora Legislativa, Dra. Valdirene Ornela da Silva Barros, encaminhou o Projeto para a Comissão de Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Orçamento para análise e oferecimento de parecer.

Quando em análise na Comissão de Justiça e Redação o Projeto de Lei recebeu parecer nº 027/2019, pela Aprovação em reunião ordinária realizada em 13/05/2019.

Este é o Relatório.

PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei é uma iniciativa do Poder Executivo Municipal, que tem por objeto “Alterar o ANEXO A18 da Lei 726/2010 Dispondo Sobre o Reenquadramento do Cargo de Auxiliar Hospitalar” .

A proposição pretende autorização Legislativa para que o Poder Executivo Municipal possa alterar o ANEXO A18 da Lei 726/2010 Dispondo Sobre o Reenquadramento do Cargo de Auxiliar Hospitalar, justifica o executivo entre outras, por meio de sua Mensagem nº 014/2019 que:



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

“Tenho a grata satisfação de encaminhar a essa egrégia casa de lei, EM REGIME DE URGÊNCIA, o incluso projeto de Lei que *Altera o ANEXO A18 da Lei 726/2010 dispendo sobre o reenquadramento do cargo de Auxiliar Hospitalar.*

Em conformidade com a política de readequação dos cargos e salários, identifica-se na estrutura administrativa que o cargo de Auxiliar Hospitalar não foi, por um lapso, incluído no reenquadramento constante da Lei nº 1.140/2018.

Possivelmente o lapso mencionado se explica pelo fato de que, atualmente não há nenhum servidor ativo exercendo as atribuições do mesmo e, no momento em que o departamento de recursos humanos emitiu a relação de servidores de Nível 3, nenhum nome ocupando o cargo de Auxiliar Hospitalar fora relacionado.

Por se tratar de um cargo de Nível 3 com atribuições assemelhadas aos demais cargos reenquadrados por ocasião da edição da Lei supracitada, é de bom alvitre que o mesmo seja igualmente reenquadrado.

Assim exposto, conclamo os nobres vereadores e vereadoras dessa colenda Casa Legislativa a aprovarem o Projeto de Lei em referência, ao mesmo tempo em que me valho do ensejo para augurar a todos meus protestos de elevada consideração.”

Sob o aspecto da área de competência desta Comissão, a que se refere o artigo 111 da Lei Orgânica Municipal, e 45 do Regimento Interno não encontramos qualquer impedimento a sua regular tramitação, senão vejamos:

“Art. 45. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:

I - a proposta orçamentária, opinando sobre as emendas apresentadas;

II - a apresentação de contas do Município;

III - as proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos e empréstimos públicos, e às que,



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

direta ou indiretamente, alterem a receita ou a despesa do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;

IV - os balancetes e balanços da Prefeitura;

V - as proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, subsídio e representação do Prefeito, subsídio dos Vereadores, quando for o caso, e a representação do Vice-prefeito.

§ 1º Compete ainda à Comissão de Finanças e Orçamento apresentar, no segundo trimestre do último ano de cada legislatura, e sempre antes das eleições, projeto de decreto legislativo fixando a remuneração do prefeito e a representação do vice-prefeito, e projeto de resolução fixando o subsídio dos Vereadores, quando for o caso.

§ 2º É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as matéria citadas nos incisos deste artigo, não podendo ser submetidas a discussão e votação do Plenário sem o parecer da Comissão, ressalvado o disposto no art. 64, § 8º.”

Desta forma, em relação às despesas, da adequação orçamentária financeira anual e da compatibilidade com as despesas e receitas previstas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentária a propositura se encontra de acordo o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente no que diz respeito ao seu artigo 16, abaixo transcrito:

“Art. 16. - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º - Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º - Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º - As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição. ”

O impacto econômico e financeiro será no exercício de 2019, R\$ 2.049,60 (dois mil, quarenta e nove reais e sessenta centavos); no exercício de 2020, R\$ 3513,60 (três mil, quinhentos e treze reais e sessenta centavos); e no exercício de 2020, R\$ 3513,60, (três mil, quinhentos e treze reais e sessenta centavos).



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Com relação aos aspectos materiais, de igual maneira nada obsta a sua tramitação, uma vez que não há conflito de matéria com a Carta Magna.

Analisando sob o aspecto do mérito encontramos elementos suficientes para aquiescer com o chefe do Poder Executivo Municipal, dando assim a devida autorização Legislativa para que o Poder Executivo Municipal possa alterar o ANEXO A18 da Lei 726/2010 dispondo sobre o reenquadramento do cargo de Auxiliar Hospitalar.

A técnica legislativa está satisfatoriamente atendida, não possuindo qualquer vício, estando em perfeitas condições para tramitação regular.

Posto isto, esta Comissão de Finanças e Orçamento, é pela Aprovação do Projeto de Lei nº 029/2019, e sugere aos seus doutos Membros à adoção do seguinte parecer:



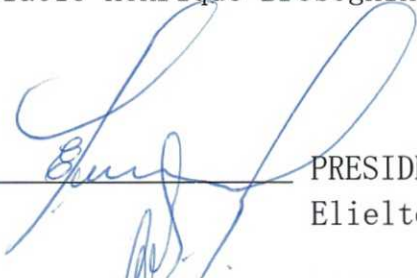


COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO


PARECER Nº 020/2019

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 029/2019, de autoria do Poder Executivo Municipal, Exmo. Sr. JOILSON ROCHA NUNES, que “Altera o ANEXO A18 da Lei 726/2010, Dispondo Sobre o Reenquadramento do Cargo de Auxiliar Hospitalar” .


Palácio Henrique Broseghini, em 13 de maio de 2019.




PRESIDENTE
Elielton Rocha Nascimento



SECRETÁRIO
Eloízio Tadeu Rodrigues Fraga



MEMBRO
Vilcimar Correa



RELATOR
Vilcimar Correa